Docusign Envelope ID: BE7926D0-FB64-433D-9D3D-E62BFA5A690C

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2024

Relatório na íntegra disponível em https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais/

Senhores Acionistas,

A CETESB, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese dos principais resultados alcançados em 2024, acompanhada do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, do Parecer do Conselho Fiscal e dos Relatórios do Auditor Independente.

A CETESB EM 2024 - A CETESB é a agência do Governo do Estado, vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo. Criada em 24/07/1968, pelo Decreto nº 50.079, é uma empresa pública estadual, da administração indireta, de capital fechado, onde o acionista controlador é o Governo do Estado de São Paulo, sendo regida pelas Leis Federais nº 6.404/1976 e suas alterações (Lei das Sociedades por Ações) e nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

Atua na execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito do licenciamento ambiental e das atividades que utilizam os recursos naturais, do monitoramento ambiental, gestão dos resíduos, da proteção aos mananciais, da fiscalização e do aperfeiçoamento profissional nas questões ambientais. Está organizada em 5 Diretorias, conta com 47 Agências Ambientais e 20 laboratórios.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - Fundamentado nas diretrizes e plano do Governo do Estado de São Paulo, nos programas estruturantes da SEMIL, no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e na matriz SWOT. **Missão**: Promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no Estado de São Paulo. **Visão**: Buscar a excelência na gestão ambiental e nos serviços prestados aos usuários e à população em geral, aprimorando a atuação da CETESB no campo ambiental e na proteção da saúde pública. **Valores**: Ética, legalidade, transparência, eficiência, eficácia, isonomia, imparcialidade, responsabilidade, valorização do capital humano e compromisso com a empresa. **Mapa da Estratégia**: conta com quatro perspectivas: resultados para a sociedade, processos e governança, pessoas e capacitação e financeiro. **Diretrizes/Objetivos**: 1. Preparar a Companhia para os desafios do novo cenário ambiental global; 2. Aproximar, adequar e inovar os serviços da Companhia às novas expectativas da sociedade; 3. Repactuar a gestão e fiscalização com os entes federativos e demais interessados; 4. Assegurar a solidez financeira e atrair investimentos para a Companhia; 5. Investir na utilização de dados científicos e tecnologias para tomada de decisão e formulação de política pública; 6. Assegurar valores éticos, integridade e transparência organizacional nos processos de governança; 7. Valorizar, capacitar, reforçar e cuidar do corpo funcional. **Projetos institucionais**: CETESB Informa, CETESB do Futuro, Cuidar de Quem Cuida, De olho na Recuperação, Licencia + Município Legal, Monitora Tietê, Valorize, Repense, Foco no impacto, MapFauna e Jurídico + Perto.

PLANO ORÇAMENTÁRIO PARA 2025 - Prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de aproximadamente R$ 731 milhões, por subvenções do Tesouro e por recursos próprios.

CETESB EM NÚMEROS E AÇÕES OPERACIONAIS

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Licenciamento de Baixo Impacto Ambiental: Emitidos 21.933 documentos para o atendimento das solicitações de licenças ambientais, 687 documentos em atendimento ao Parecer Técnico Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (GRAPROHAB) e cerca de 19 mil documentos referentes a pedidos de outros pareceres, autorizações, alvarás e certificados. Pelo Via Rápida Ambiental foram emitidos 4.011 licenças ambientais, 17.101 autorizações e 17.553 Declarações de Atividade Isenta de Licenciamento. Nas ações de fiscalização de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais, foram verificados o cumprimento de mais de 500 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) com mais de 5 mil mudas, por termo, e realizadas mais de 40 mil inspeções técnicas.

Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental (AIA): Estima-se que o licenciamento com AIA, em 2024, viabilizou investimentos no estado na ordem de R$ 57 bilhões, com a concessão de 163 licenças ambientais. O licenciamento de empreendimentos com Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) foi responsável pela captação de valores na ordem de R$ 13,6 milhões em compensações ambientais (Lei nº 9.985/2000), que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Foram emitidos 198 pareceres de análise de Consulta Prévia; 109 Pareceres Técnicos de Fauna; 57 Autorizações de Supressão de Vegetação; Averbação de 7,69 ha como Reserva Legal, em contrapartida às intervenções em vegetação nativa e APP; 57 TCRA e 1.170 inspeções e vistorias técnicas.

MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL

QUALIDADE DA ÁGUA E DO SOLO - Nos laboratórios, que contam com 1.236 ensaios acreditados com base na norma NBR ISO/IEC 17025, foram realizados mais de 381 mil ensaios, além da implementação dos programas de vigilância ambiental da poliomielite, cólera e COVID-19 em esgotos, planos de contingência em episódios de florações de algas e o atendimento à mortandade de peixes, entre outros. **Águas Subterrâneas:** amostragens em 320 pontos da Rede de Monitoramento de Qualidade em poços tubulares e nascentes e 74 piezômetros da Rede Integrada de Monitoramento de Qualidade e Quantidade instalados nos sistemas dos aquíferos Bauru e Guarani. **Águas Superficiais Interiores - Águas Doces**: a Rede Automática, passou a contar com mais uma estação no rio Piracicaba, totalizando 21 estações de monitoramento distribuídas nas Bacias Hidrográficas dos rios Tietê, Piracicaba, Paraíba do Sul, Jundiaí e Sorocaba e nos principais mananciais de abastecimento público da RMSP, que geraram cerca de 11 milhões de dados de parâmetros de qualidade a cada cinco minutos. Foi lançado o SIMQUA (Sistema Integrado de Monitoramento da Qualidade das Águas no Estado de São Paulo, que permite o acesso da população aos dados brutos da Rede Automática, de forma ágil e transparente. Na Rede Básica, foram monitorados 542 pontos distribuídos nas 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) do Estado. Foram implementados 19 novos pontos de medição da qualidade da água nos afluentes do rio Tietê e um ponto na calha desse rio, todos na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), no âmbito do Programa IntegraTietê. **Praias Interiores**: monitoramento de 34 praias, localizadas em rios e reservatórios do estado. **Águas Superficiais Costeiras**: 70 pontos de amostragem em 21 áreas distribuídas ao longo de todo o litoral paulista. **Praias Litorâneas**: monitorados 168 pontos, distribuídos em 151 praias de 15 municípios e 7 praias no Parque Estadual da Ilha Anchieta. A divulgação é feita pelo site da CETESB, no Mapa Interativo de Qualidade das Praias, Instagram, bandeiras locais e aplicativo para dispositivos móveis. **Áreas Contaminadas**: Foram emitidos, em 2024, 724 pareceres técnicos de reutilização, que demonstram uma demanda importante do mercado imobiliário por aprovações de obras e projetos em áreas contaminadas, retornando o uso econômico desses locais de maneira segura e 248 Termos de Reabilitação que formalizam o encerramento adequado do gerenciamento de uma área contaminada, passando a ser uma área reabilitada com um uso seguro de interesse da sociedade.

QUALIDADE DO AR - Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar: conta com 63 estações automáticas distribuídas no Estado (29 na RMSP, 6 no litoral e 28 no interior) que geram cerca de 20 mil dados diários e 22 pontos de monitoramento manual. Cinco estações passaram a contar com o monitoramento automático de material particulado de 2,5 mícrons (MP2,5). Os dados são disponibilizados em tempo real no site da CETESB, na nova página do Mapa de Qualidade do Ar e no QUALAR (Sistema de Informações da Qualidade do Ar), e no aplicativo para dispositivos móveis. **Programa para Melhoria da Manutenção de Veículos a Diesel:** ministrados 4 treinamentos técnicos. **Fiscalização de Veículos a Diesel:** ações em 66 pontos de rodovias, abrangendo cerca de 100 mil veículos, além da fiscalização por meio da medição da opacidade e da verificação da qualidade do insumo ARLA-32. **Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) e do Programa de Controle das Emissões das Motocicletas e Veículos Similares (PROMOT)**: emitidos 1268 pareceres técnicos para homologação de veículos novos, automóveis, veículos pesados, motocicletas e máquinas agrícolas e rodoviárias. **Laboratórios de Emissões Veiculares**: realizados 280 ensaios para avaliar a emissão de poluentes, a eficiência energética e a qualidade dos combustíveis.

RESÍDUOS SÓLIDOS

LOGÍSTICA REVERSA - Em 2024, houve incremento de 5.917 empresas aderentes aos Planos de Logística Reversa. Dados disponibilizados nos Painéis Dinâmicos de Logística Reversa.

MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS - Em 2024, mais de 27 mil novos empreendimentos foram cadastrados e emitidos 4,9 milhões de documentos MTR.

INVENTÁRIOS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS - Evolução do Relatório Dinâmico de Emissões, que consolida os dados enviados pelas empresas. Em 2024 passou a incluir as emissões relativas ao ano de 2022, detalhadas por gás (CO^2, CH^4, N^2O, HFC, PFC e SF^6) e por escopo: emissões diretas e emissões indiretas associadas à aquisição de energia. Concluída a Capacitação em Adaptação às Mudanças Climáticas na Bacia do Alto Tietê, realizada para mais de 100 participantes de 39 municípios da Bacia Hidrográfica.

EMERGÊNCIAS QUÍMICAS - A CETESB mantém ininterruptamente em operação o Centro de Controle de Desastres e Emergências Químicas, e em 2024, foram realizados 275 atendimentos.

GESTÃO DE FUNDOS DE FINANCIAMENTO - **Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP)**: assinados 37 contratos, totalizando R$ 24 milhões. **Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (FEPRAC)**: instituídas as comissões internas para o Plano de Captação de Recurso e o Plano de Aplicação de Recurso.

RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL - Principal Companhia de Meio Ambiente Brasileira, com participação em diversas Comissões e Grupos de Trabalhos como especialista convidada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); Órgão de Referência para Questões Ambientais da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); Órgão de Referência para Questões Ambientais do Governo Brasileiro para participação em Grupos de Trabalho e Delegações em Conferências e Reuniões da Agenda Global; Centro Regional para a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) para Capacitação e Transferência de Tecnologia para a Região da América Latina e Caribe; Membro da Rede HydroPoll - Rede Colaborativa de Pesquisa em Poluição das Águas e Recursos Hídricos, Membro da Rede Pan-Americana de Epidemiologia Ambiental (PANACEA).

PARCERIAS E ATUAÇÃO INSTITUCIONAL - **Colaboração Internacional**: (i) Centro Regional da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) para Capacitação e Transferência de Tecnologia para a Região da América Latina e Caribe, desenvolve projetos de cooperação técnica em sinergia com as Convenções de Basileia, Roterdã e Minamata para fortalecer países na implementação de atividades para o cumprimento desses acordos multilaterais. Destaque para: a) assistência técnica ao Equador e ao Brasil; b) articulação institucional para curso sobre controle preventivo de produtos químicos, em cooperação com a Agência de Produtos Químicos da Suécia para os países do Caribe de língua inglesa; c) participação em atividades nacionais e internacionais sobre mercúrio e na Quinta Conferência das Partes (COP5) da Convenção de Minamata; d) realização do Seminário Internacional "O futuro acordo sobre a poluição por plásticos, incluindo no ambiente marinho: desafios, lacunas e oportunidades para a sua implementação". (ii) Projeto de Cooperação Técnica firmado com a JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão) para o treinamento "Capacitação Internacional sobre Gerenciamento de Resíduos para o Controle de Lixo Marinho"; (iii) Projeto piloto firmado com a EDF (Environmental Defense Fund) para implantação da ferramenta AIR TRACKER, que possibilita a visualização da poluição em um ponto específico, em tempo real; (iv) Global Atmospheric Passive Sampling (GAPS) Network - GAPS-Megacities: Year 6 Environmental and Climate Change Canada/ Government of Canada, estudo com o objetivo de entender e comparar melhor os níveis de poluentes orgânicos persistentes e outros produtos químicos de preocupação emergente no ar**. Cooperações Nacionais**: (i) Cooperação Técnica com a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira *Albert Einstein* para intercâmbio técnico e científico; (ii) Projeto CNPq/MCTI para o monitoramento de bactérias resistentes a antibióticos e de genes de resistência aos antimicrobianos no esgoto; (iii) Parceria com a Unifesp para monitoramento de microplásticos no ambiente marinho; (iv) Parceria com Instituto de Pesos e Medidas (IPEM) para auditorias internas mútuas para os ensaios de calibração dentro da Acreditação ISO/IEC 17025: 2017; (v) Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): Por meio da DECISÃO DE DIRETORIA Nº 041/2024/E, de 07 de junho de 2024, houve a aprovação das Diretrizes Gerais da Política de Inovação e Tecnologia da CETESB e a criação do NIT - Núcleo Inovação e Tecnologia (NIT-CETESB), que já foi instalado com regimento próprio. A legislação citada autoriza a utilização de uma série de instrumentos facilitadores e traz benefícios para as atividades da CETESB nas suas atividades de inovação e tecnologia. **Câmaras ambientais**: São 12 Câmaras, dos setores de: Mineração; Indústria da Construção; Sucroenergético; Refrigeração, Ar-Condicionado, Aquecimento e Ventilação; Indústrias Química e Petroquímica; Gerenciamento de Áreas Contaminadas; Indústria Têxtil; Mudanças Climáticas; Papel, Papelão e Celulose; Comércio de Derivados do Petróleo; Resíduos; e Suinocultura.

EIXO AMBIENTAL

EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) DA CETESB - O inventário de emissões de GEE da CETESB, de 2023, incorporou dados provenientes das agências, com destaque para as emissões fugitivas atreladas às recargas de equipamentos de refrigeração e a contabilização das emissões provenientes das estações telemétricas. Mais informações podem ser obtidas no relatório "Inventário GEE - 2023".

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - Consumo reduzido, com a média mensal passando de 416 MWh em 2000 para 242 MWh em 2024, na sede. Geração de energia, a partir de fontes renováveis, limpas e sustentáveis, com capacidade nominal de 1,74GWh/ano, por 18 unidades nas Agências Ambientais.

USO DA ÁGUA - Com medidas de redução e instalação de sistemas de aproveitamento de água pluvial, o consumo (água Sabesp) médio mensal na sede, de 6.152 m³ em 1999, foi reduzido para 1.867 m³ mensais em 2024.

GESTÃO DE EFLUENTES - Os laboratórios estão em constante busca de alternativas para melhorar a eficiência, a sustentabilidade e minimizar o risco à saúde dos trabalhadores, investindo na aquisição de equipamentos de última geração e adotando métodos que resultam em redução de efluentes e resíduos.

GESTÃO DE RESÍDUOS - Foram: (i) coletadas 45,3 toneladas de resíduos recicláveis, além de 1.726 kg de pilhas e equipamentos eletrônicos; (ii) gerados 1.046 kg de resíduos pelos laboratórios da sede (solventes orgânicos, ácidos, reagentes e outros materiais); (iii) encaminhados para incineração 470 kg de resíduos classificados como perigosos; (iv) reaproveitados 196 litros do solvente diclorometano e 88 litros do solvente acetona.

EIXO SOCIAL

DIÁLOGO E ENGAJAMENTO SOCIAL - O plano de comunicação, aprovado em 2024, trouxe diretrizes e objetivos além dos principais temas trabalhados em comunicação externa e interna. Foram 5,9 milhões de acessos ao site da CETESB e, nas redes sociais, foram produzidas mais de 200 peças inéditas para Instagram, Linkedin, além de manter, ativo e atualizado, o canal do Youtube.

RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS - Atuação na prevenção, combate e enfrentamento ao assédio moral e sexual, bem como a condutas discriminatórias.

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO - A contratação de empregados para o quadro permanente é realizada exclusivamente por meio de concurso público, possibilitando um equilíbrio de gênero, com 46% de empregadas e 54% de empregados, em 2024. Para reforço do quadro de pessoal, foi realizado o concurso público, primeiro desde 2012, marco importante para fortalecer a capacidade de fiscalização e licenciamento ambiental, contemplando 54 vagas para técnicos e 170 para especialistas ambientais. O quadro total de pessoal em 31/12/2024 era de 1.850 pessoas, sendo 1.731 empregados do quadro permanente, 99 estagiários e 20 aprendizes. A CETESB possui, em seu quadro permanente, 154 empregados com deficiência, sendo 87 homens e 67 mulheres.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL - Programa de Desenvolvimento Gerencial: Iniciado o Programa de Capacitação Gerencial, para 240 empregados, com carga horária de 120 horas, distribuídas entre 2024 e 2025, contemplando temas de Gestão de Pessoas, Desenvolvimento Pessoal, Visão Sistêmica, Gestão para Resultados, Planejamento e Gestão Estratégica, ESG e ODS no Setor Público e Inovação na Gestão Pública.

SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL - Registrados 14 acidentes de trabalho envolvendo empregados. **Análise da Cultura de Segurança**: Realizada pesquisa, cujos resultados subsidiarão ações que visam fortalecer a cultura de segurança. **Semana Interna de Prevenção a Acidentes do Trabalho**: Contou com palestras sobre o combate ao assédio sexual na administração pública, segurança e cultura da segurança, prevenção à saúde da mulher e enfrentamento ao assédio moral, entre outras atividades.

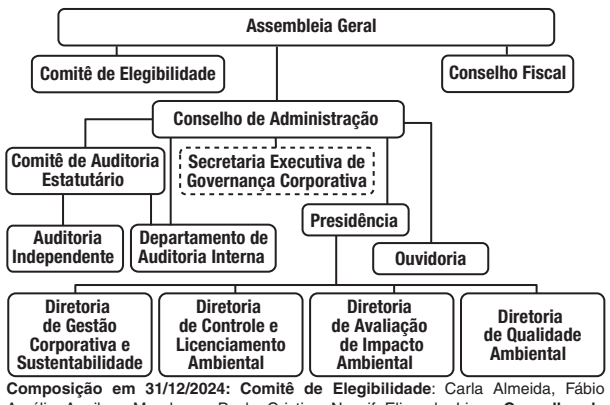
QUALIDADE DE VIDA - O Subprograma de Saúde Mental & Bem-Estar, visa criar e ampliar as ações voltadas para a qualidade de vida dos colaboradores. As ações foram organizadas nos eixos de atuação: Conscientização, Acolhimento, Saúde e Movimento, Desenvolvimento de Lideranças e Cultura de Trabalho.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO - Os empregados são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SINTAEMA), Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Baixada Santista e Vale do Ribeira (SINTIUS), Sindicato dos Químicos, Químicos Industriais e Engenheiros Químicos do Estado de São Paulo (SINQUISP) e Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo (SASP) e pelo Conselho de Representantes dos Funcionários (CRF) da CETESB.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS - Política salarial única. São ofertados: adiantamento quinzenal, adicional de turno, adicional por tempo de serviço, gratificação de férias, vale alimentação, vale refeição, desjejum, auxílio creche, auxílio funeral, auxílio à pessoa com deficiência, plano de saúde coletivo, parcelamento das despesas odontológicas, auxílio funeral, auxílio por incapacidade temporária previdenciária, licença maternidade, licença adoção, licença paternidade. **Plano de Carreira**: Processada a evolução salarial decorrente da Avaliação por Competências ocorrida em 2023, referente ao período avaliativo de 01/10/2022 a 30/09/2023, contemplando 1.010 empregados. Contratada consultoria para a revisão do Plano de Carreira. **Programa de Participação nos Resultados (PPR)** - Com o atingimento de 95,25% das metas do PPR 2023, houve distribuição de R$ 13 mil aos empregados elegíveis que fizeram jus à participação integral no período. O PPR de 2024, contou com 13 indicadores: 3 de caráter econômico-financeiro, 7 vinculados ao planejamento estratégico, 2 relacionadas à qualidade dos serviços prestados e 1 indicador de desempenho das unidades.

EIXO GOVERNANÇA

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA GOVERNANÇA - Sistema de Governança Corporativa



Composição em 31/12/2024: Comitê de Elegibilidade: Carla Almeida, Fábio Aurélio Aguilera Mendes e Paula Cristina Nassif Elias de Lima. **Conselho de Administração**: Jônatas Souza da Trindade (Presidente); Thomaz Miazaki de Toledo (membro na qualidade de diretor-presidente); Rose Mirian Hofmann; Marisa Maia de Barros; Rodrigo Levkovicz; José Paulo Neves; Kelly Lopes Lemes; Claudio Carvalho de Lima (membro independente); Luiz Antônio Ferraro Júnior (membro independente); João Ricardo Pereira da Costa (membro independente e coordenador do Comitê de Auditoria) e Simone Patrícia da Silva (membro representante dos empregados). **Conselho Fiscal**: Titulares: Yukimi Nagata; Guilherme Muraro Derrite; Marcos Gerhardt Lindenmayer; Roberto Antonio Diniz e Michel Minerbo. Suplentes: Gustavo Trein Ogawa; Marcelo Bergamasco Silva; Roberto César de Oliveira Viégas; Vinicius Faraj e Rafael Ramos da Silva. **Comitê de Auditoria**: João Ricardo Pereira da Costa (Coordenador); Afonso Antonio Hennel; Marcelo Cardona Sobral e Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto. **Diretoria Colegiada**: Thomaz Miazaki de Toledo (Diretor-Presidente); Liv Nakashima Costa (Diretora de Gestão Corporativa e Sustentabilidade); Adriano Rafael Arrepia de Queiroz (Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental); Mayla Matsuzaki Fukushima (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental) e Carolina Fiorillo Mariani (Diretora de Qualidade Ambiental). **Avaliação dos Administradores**: Ocorrida no período de 30/07/2024 a 19/08/2024.

PRÓPOSITO E ESTRATÉGIA EM RELAÇÃO À SUSTENTABILIDADE - Elaborado o Plano Corporativo de Sustentabilidade, estruturado nos eixos Meio Ambiente, Bem-estar e Transparência.

COMPLIANCE, PROGRAMA DE INTEGRIDADE E PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO - Programa de Integridade: Aprovado pelo Conselho de Administração, em 26/11/2024. **Código de Conduta Ética e de Integridade**: Revisado em 2024, o código faz parte do compromisso de promover uma cultura ética no ambiente de trabalho. **Compliance e Práticas Anticorrupção**: Realizado o mapeamento dos riscos de integridade nos processos de negócios e as ações de conscientização dos colaboradores sobre combate à corrupção. **Transações com Partes Relacionadas**: Revisão anual da política, incorporando a necessidade de uma avaliação abrangente dos procedimentos relacionados a essas transações. **Canal de Denúncias**: Desde a criação em 2019, foram apuradas 252 denúncias.

ENGAJAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS - Manutenção de canal de comunicação, com a divulgação de relatórios de sustentabilidade e de atividades, realização de audiências públicas, estabelecimento de parcerias com outras organizações, instituições acadêmicas, além da participação no Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA).

GESTÃO DE RISCOS - Processo de mapeamento de riscos organizado em múltiplas etapas, resultando na identificação de 226 eventos de risco associados aos processos de negócios e de suporte da CETESB.

AUDITORIA INTERNA - Trabalhos de caráter corretivo e preventivo, aumento da fiscalização nas unidades descentralizadas, reforçando a autotutela nas atividades de poder de polícia administrativa.

AMBIENTE LEGAL E REGULATÓRIO - As atribuições da Companhia estão previstas em leis, decretos e resoluções, inseridas na política estadual de meio ambiente. A atuação da CETESB cumpre estritamente a competência definida legalmente e os procedimentos estabelecidos em normas. Essa atuação é fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal, por Organizações Não Governamentais (ONG) e pelo cidadão comum.

GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - Implementação de iniciativas com foco no aprimoramento de controles, na mitigação de riscos e no fortalecimento da infraestrutura tecnológica, como a revisão da Política de Segurança da Informação, a implementação de MXDR *(Managed Extended Detection and Response*), a implementação de firewall de aplicações web, a aquisição de firewall de próxima geração, *hardening* em servidores web, a atualização da plataforma de segurança de *endpoint*, a ampliação da cobertura de backup de servidores e ações de conscientização. **Gestão da Governança de Dados**: Ações de destaque: desenvolvimento e aprovação da Política de Governança de Dados; diagnóstico de maturidade de dados; realização de encontros mensais com foco no reforço da cultura de dados na Cia; revisão e elaboração de mapas e painéis acessíveis ao público externo, entre outras.

PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS: Implementação de iniciativas visando a aprimorar a cultura organizacional em torno da privacidade de dados pessoais, alinhadas à crescente ênfase na Lei Geral de Proteção de Dados e à necessidade de melhoria contínua nas práticas de governança de dados. (I) Em 2024, foi realizada uma palestra técnica fundamental intitulada "Entendendo a LGPD: Fundamentos e exemplos práticos para a vida cotidiana". Esta iniciativa abrangeu aproximadamente 1.400 empregados da CETESB. (II) Com a revisão da Política de Segurança da Informação, em dezembro de 2024, foram estabelecidas diretrizes tais como: menor privilégio de acesso a sistemas e dados, restrição de acesso à informação para colaboradores em teletrabalho, implantação de DLP (*Data Loss Protector*) que estabelece regras através do uso da inteligência artificial para a saída de dados da Companhia.

EXTRATO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

"Alcance e Limitações

... Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB, não incluindo a avaliação da adequação de suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações de sustentabilidade constantes do Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative - GRI, versão Standards."

A íntegra do Relatório do Auditor Independente sobre as Informações de Sustentabilidade, do Desempenho Financeiro, da Receita Bruta e Receita Líquida, dos Custos e Despesas, do Resultado Operacional, dos Balanços Patrimoniais, da Demonstração do Resultado, da Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Resultado Abrangente, das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2024, do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, do extrato do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e do Parecer do Conselho Fiscal encontram-se disponíveis na publicação do Balanço Patrimonial e no site da CETESB.

Administração

Conselho de Administração: Jônatas Souza da Trindade (Presidente).

Comitê de Auditoria Estatutário: João Ricardo Pereira da Costa (Coordenador).

Diretoria Colegiada: Thomaz Miazaki de Toledo (Diretor-Presidente).

Conselho Fiscal (titulares): Guilherme Muraro Derrite; Marcos Gerhardt Lindenmayer; Michel Minerbo; Roberto Antonio Diniz e Yukimi Nagata.

continua →★

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 15/04/2025 | 23:14:11 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BE7926D0-FB64-433D-9D3D-E62BFA5A690C

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Circulante		**143.177**	**137.509**
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios	4	118.036	62.520
Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados	4	7.565	7.821
Clientes e Outras Contas a Receber		816	671
Adiantamentos a Empregados	5	4.076	4.963
Adiantamentos a Fornecedores		540	2.569
Impostos a Recuperar	6	1.391	199
Parcelamentos a Receber	7	5.961	8.101
Depósitos Judiciais	15	–	45.348
Valores a Receber - Dívida Ativa	8	951	887
Estoques		1.077	862
Despesas Exercício Seguinte		2.764	3.568
Não Circulante		**215.309**	**216.341**
Realizável a Longo Prazo		58.500	59.700
Depósitos Judiciais	15	12.874	9.775
Adiantamentos a Empregados	5	431	3.470
Parcelamentos a Receber	7	11.282	11.427
Antecipação de Dividendos	17d	7.133	7.133
Valores a Receber - Dívida Ativa	8	24.605	25.920
Impostos a Recuperar	6	2.175	1.975
Imobilizado	9	155.698	154.708
Investimento		8	8
Intangível	10	1.103	1.925
Total		**358.486**	**353.850**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Circulante		**134.780**	**183.452**
Fornecedores	11	7.074	11.796
Salários e Remunerações a Pagar	12	69.802	71.953
Impostos e Contribuições a Recolher	13	32.785	23.593
Adiantamentos de Convênios	14	3.458	3.484
Adiantamentos de Clientes		533	226
Outras Contas a Pagar		103	177
Provisão para Contingências	15	19.791	72.153
Provisão para Contribuição Social		1.234	70
Não Circulante		**126.038**	**113.042**
Impostos Reservas de Reavaliação		413	441
Impostos e Contribuições a Recolher	13	27.938	–
Adiantamentos de Convênios	14	4.106	4.337
Provisão para Contingências	15	33.871	26.825
Provisão para Contribuição Previdenciária	16	59.710	81.439
Patrimônio Líquido		**97.668**	**57.356**
Capital Social	17a	170.377	170.377
Ações em Tesouraria (–)		(1)	(1)
Reservas de Reavaliação	17b	18.714	18.998
Prejuízos Acumulados	17c	(91.422)	(132.018)
Total		**358.486**	**353.850**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores em milhares de reais)

Receita de Serviços e Vendas	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Subvenção de Custeio		129.056	123.894
Exercício do Poder de Polícia Delegado		534.809	456.793
Licenciamento		401.462	362.413
Multas Ambientais		106.138	60.776
Taxa de Fiscalização Ambiental		27.209	33.604
Venda de Serviços e Produtos		16.539	15.039
Deduções		(26.761)	(23.193)
Total Receitas Líquidas	18	**653.643**	**572.533**
Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados	19	**(487.646)**	**(435.346)**
Lucro Bruto		**165.997**	**137.187**
Despesas/Receitas Operacionais			
Despesas Administrativas	19	(198.547)	(177.257)
Despesas/Reversão de Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		26.616	18.955
Outras Despesas e Receitas Operacionais	20	50.538	(6.167)
		(121.393)	**(164.469)**
Resultado Operacional antes dos Encargos Financeiros		**44.604**	**(27.282)**
Encargos Financeiros Líquidos	21	(3.086)	4.414
Lucro/Prejuízo antes da Contribuição Social		**41.518**	**(22.868)**
Contribuição Social		(1.234)	(70)
Lucro/Prejuízo do Período		**40.284**	**(22.938)**
Lucro/Prejuízo por Lote de Mil Ações de Capital		R$ 7,09	(R$ 4,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reserva de Lucros: Reservas Legal	Reserva de Lucros: Reservas Lucros a Realizar	Reservas de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**169.577**	**(1)**	**–**	**–**	**–**	**19.282**	**(109.392)**	**79.466**
Adiantamento para aumento de capital	800	–	–	–	–	–	–	800
Realização das Reservas de Reavaliação	–	–	–	–	–	(284)	–	(284)
Diferimento da tributação sobre Reservas	–	–	–	–	–	–	312	312
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	(22.938)	(22.938)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**170.377**	**(1)**	**–**	**–**	**–**	**18.998**	**(132.018)**	**57.356**
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**170.377**	**(1)**	**–**	**–**	**–**	**18.998**	**(132.018)**	**57.356**
Realização das Reservas de Reavaliação	–	–	–	–	–	(284)	–	(284)
Diferimento da tributação sobre Reservas	–	–	–	–	–	–	312	312
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	40.284	40.284
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	**170.377**	**(1)**	**–**	**–**	**–**	**18.714**	**(91.422)**	**97.668**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro/Prejuízo do Exercício	40.284	(22.938)
Realização das reservas de reavaliação	(284)	(284)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação	312	312
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**40.312**	**(22.910)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31.12.2024	31.12.2023
Lucro/Prejuízo do Período	**40.284**	**(22.938)**
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Provisão/Reversão Contingências Trabalhistas/Cíveis	(44.704)	15.617
Provisão para Contribuições Fiscais	1.061	1.286
Provisão para Contribuições Previdenciárias	(21.729)	9.298
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa	(26.385)	(37.851)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outras	1.643	2.797
Provisão PPR - Programa Partic. Resultados	(762)	740
Provisão Plano de Carreira	(661)	661
Provisão Para Programa de Demissão Incentivada	51	–
Provisão Férias/13º Salário/Licença Prêmio	(692)	1.381
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	1.164	(485)
Depreciação do Imobilizado	19.208	15.218
Baixas de Depreciação	(3.831)	(11.465)
Amortização do Intangível	822	827
Realização Reserva de Reavaliação	28	28
Saldo transferência entre contas	143	(734)
Ajustes Imobilizações em andamento	(3.886)	–
Baixas no Ativo Imobilizado	3.986	11.824
Baixas no Intangível	–	–
Subtotal	**(34.260)**	**(13.796)**
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante		
Clientes e Outras Contas a Receber	(162)	10
Adiantamentos a Empregados	3.585	(2.948)
Adiantamentos a Fornecedores	2.029	(2.569)
Impostos a Recuperar	(1.523)	(251)
Parcelamentos a Receber	1.131	7.414
Valores a Receber - Dívida Ativa	27.636	29.333
Estoques	(215)	(81)
Despesas Exercício Seguinte	803	(3.354)
Depósitos Restituíveis	42.249	(3.001)
Subtotal	**75.533**	**24.553**
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	(4.722)	3.351
Salários e Remunerações a Pagar	(87)	190
Impostos e Contribuições a Recolher	37.130	1.510
Adiantamentos de Convênios	(256)	(646)
Adiantamentos de Clientes	308	9
Outras Contas a Pagar	(74)	(6)
Impostos Reservas de Reavaliação	(28)	(28)
Baixas Contingências Trabalhistas/Cíveis	(1.674)	(9.290)
Subtotal	**30.597**	**(4.910)**
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	**71.870**	**5.847**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Intangível	–	–
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(16.610)	(16.400)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(16.610)**	**(16.400)**
Atividades de Financiamento		
Recursos destinados a Aumento de Capital	–	800
Bens recebidos em Doação	–	–
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**–**	**800**
Capital Circulante Líquido	**55.260**	**(9.753)**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	70.341	80.094
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	125.601	70.341
Variação líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa	**55.260**	**(9.753)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Considerações Gerais

1.1 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício

a) Dependência Econômica do Acionista Controlador

A CETESB recebeu, a título de subvenção econômica, um repasse da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo no montante de R$ 129.056 mil, registrado nas rubricas "Pessoal e Encargos Sociais" e "Custeio". Esse valor representa 78,1% do total de R$ 165.397 mil previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA - Lei Estadual nº 17.863/2023 e Decreto Estadual nº 68.309/2024), resultando em uma redução de 21,9% em relação à dotação inicialmente prevista para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A liberação dessa subvenção ocorre de acordo com a previsão de fluxo de caixa da CETESB, visando garantir a sustentabilidade financeira da empresa e assegurar a continuidade das atividades operacionais. Dessa forma, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros estabelecidos para empresas estatais dependentes, mantendo-se entre os limites mínimo e máximo definidos pelo controlador.

b) Programa de Demissão Incentivada - PDI

No 3º trimestre de 2024, a Diretoria Colegiada da CETESB aprovou a implementação do Programa de Desligamento Incentivado (PDI), com o objetivo de oferecer condições especiais de desligamento aos empregados com idade acima de 70 anos. A iniciativa visa proporcionar uma gestão mais eficiente das despesas com pessoal, ao mesmo tempo em que possibilita a reposição planejada de novos profissionais por meio de concurso público.

O programa contemplou 126 empregados, com um desembolso total de R$ 47,3 milhões, realizado nos meses de novembro e dezembro de 2024.

c) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, em 11/03/25 e 14/03/25, respectivamente.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

- Declaração de conformidade e base de preparação:

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

- Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

- Uso de estimativas e premissas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, assim, a Companhia revisa suas premissas e consequentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras no exercício de 2024 foram:

a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)

Em consonância com o normativo contábil NBC TG 01 (R4), a Companhia estabelece procedimentos que assegurem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Para tanto, contratou empresa técnica especializada para prestação de serviços de avaliação patrimonial, para fins de atualização da conciliação físico/contábil dos bens tangíveis e intangíveis da CETESB.

A referida empresa avaliou os ativos em consonância à NBC TG 01 (R4) - Norma Brasileira de Contabilidade - Redução ao valor recuperável de ativos e o método utilizado foi o Valor em Uso dos ativos por meio de Fluxo de Caixa Descontado. O parecer foi emitido em 15/04/2024 constatando que a Companhia não apresenta indício de perda do valor recuperável dos ativos, dispensando, assim, a necessidade de constituição de provisão por estimativa de perda de valor recuperável. Além disso, não foi identificado indicação de que algum Ativo ou grupo de Ativos da CETESB possa ter sofrido desvalorização em função de sua vida útil.

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

d) Normas e Interpretações Novas e Revisadas

Até 31 de dezembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente aos exercícios anteriores.

a) Disponibilidades

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 4).

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da empresa, como, por exemplo, suportes de reagentes aos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são desencaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

d) Imobilizado

Até 31/12/2003, o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. Neste processo, a Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, foi contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4), quando há indícios de perda.

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos *softwares,* quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 10).

f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 31 de dezembro de 2024 (nota explicativa nº 12).

g) Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra "Convênios" com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas (nota explicativa nº 14).

h) Contribuição Social

A Companhia optou pela tributação com base no Lucro Real. Em 31/12/2024, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, teve uma base de cálculo negativa de R$ 5.657, ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

j) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

4. Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos *pro rata* até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado.

As aplicações financeiras vinculadas a convênios observam os mesmos procedimentos dos recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados "convênios" (vide nota explicativa nº 14) e não podem ser aplicados na operação regular da Companhia.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 15/04/2025 | 23:14:22 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BE7926D0-FB64-433D-9D3D-E62BFA5A690C

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2024	31.12.2023
Bancos	1.787	2.567
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	116.249	59.953
Total Recursos Próprios	118.036	62.520
Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios	7.565	7.821
Total	**125.601**	**70.341**

5. Adiantamentos a Empregados

São os adiantamentos decorrentes de férias a usufruir no mês subsequente, adiantamento de 13º salário; assistência médica; viagens e multas de trânsito de empregados autorizados a conduzir veículos da Companhia em suas atividades. Com relação ao adiantamento de assistência médica, vale ressaltar que o plano de saúde que a CETESB oferece aos seus empregados é administrado pela própria empresa, ou seja, os prestadores de serviços médicos são contratados pela CETESB, que arca com cerca de 85% das despesas. A parte dos empregados é contabilizada na rubrica de adiantamento de assistência médica e é reembolsada pelo empregado mediante parcelas mensais descontadas no salário. Para os adiantamentos que ultrapassam o exercício corrente é constituída provisão para perdas de liquidação duvidosa baseado em dados estatísticos do IBGE, levando em consideração a expectativa de vida da população brasileira. Em 31/12/2024 a expectativa era de 76 anos.

	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Adiantamento de Assistência Médica	1.870	1.938	14.867	14.270
Adiantamento de Férias	2.059	2.850	–	–
Adiantamento de 13º Salário	–	–	–	
Diversos	147	175	–	–
Atualização Legal Assistência Médica	–	–	(11.999)	(8.702)
PCLD - Assistência Médica	–	–	(2.437)	(2.098)
Total	**4.076**	**4.963**	**431**	**3.470**

6. Impostos a Recuperar

a) Circulante

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de Renda	–	5
PASEP	5	4
COFINS	21	20
CSLL	132	100
Antecipação de Contribuição Social	1.233	70
Total	**1.391**	**199**

b) Não Circulante

A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, conforme decisão proferida em seu favor junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, para todos os impostos retidos durante o exercício são feitos pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil, via PERDCOMP, após entrega da ECF - Escrituração Contábil Fiscal. A mesma prática é adotada para as Contribuições Sociais dos exercícios em que foram apuradas base negativa.

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de Renda - Exercícios Anteriores	940	901
CSLL - Exercícios Anteriores	946	817
CSLL Estimada	1.345	1.182
PCLD	(1.056)	(925)
Total	**2.175**	**1.975**

7. Parcelamentos a Receber

São os créditos decorrentes de aplicação de multas ambientais, conforme a legislação vigente, em empresas e outras entidades que aderiram a um programa de parcelamento, e da prestação de serviços diversos. No intuito de garantir a liquidez, estes recebíveis são avaliados trimestralmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, e, quando constatada inadimplência recorrente evidenciando baixa probabilidade de recebimento, a transferência dos valores do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda - PCLD. O critério adotado para constituição da provisão para perda são os títulos vencidos há mais de 6 meses. No decorrer do exercício é realizada uma projeção mensal da UFESP para o final do ano, de acordo com a evolução do índice IPC-Fipe, e os títulos em aberto são atualizados de acordo com essa projeção.

	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Multas Fontes Móveis	583	957	24.194	23.272
Multas Fontes Estacionárias	3.444	4.713	11.990	12.720
Multas Agenda Verde	1.815	2.502	2.867	4.098
Assistência Médica	191	99	2.308	807
Diversos	57	28	76	104
PCLD	(129)	(198)	(32.371)	(31.148)
Atualização Legal	–	–	2.218	1.574
Total	**5.961**	**8.101**	**11.282**	**11.427**

8. Valores a Receber - Dívida Ativa

No exercício de 2024, a Companhia prosseguiu com as inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa - SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com perspectiva de recebimento praticamente certo. Para os títulos a receber, registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, a Companhia constituiu provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa na ordem de 97%, independentemente do prazo de inscrição do título, em consonância a um estudo técnico baseado na análise da média histórica de recebimentos, tomando por base os três últimos exercícios. Esta metodologia foi aprovada na reunião nº 564 do dia 20/10/2021 do Conselho de Administração e é revisado anualmente pela área competente.

a) Inscrições na Dívida Ativa - Circulante:

	31.12.2024	31.12.2023
Recebimentos com perspectiva de até 1 exercício social	27.877	11.278
Arrecadação de multas a repassar	114	549
PCLD (–)	(27.040)	(10.940)
Total	**951**	**887**

b) Inscrições na Dívida Ativa - Não Circulante:

	31.12.2024	31.12.2023
Recebimentos com perspectiva acima de 1 exercício social	783.716	838.355
PCLD (–)	(760.205)	(813.204)
Atualização Legal	36.469	25.631
PCLD (–)	(35.375)	(24.862)
Total	**24.605**	**25.920**

c) Composição da PCLD - Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa

	31.12.2024	31.12.2023
Multas Fontes Estacionárias	741.611	763.351
Multas Fontes Móveis	335	358
Multas Agenda Verde	18.259	49.495
Total	**760.205**	**813.204**

Com o intuito de aprimorar o critério de estabelecimento da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia vem envidando esforços, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, para analisar os processos de multas ambientais inscritos na dívida ativa do Estado, os quais totalizam aproximadamente 12.160 inscrições, até 31 de dezembro de 2024.

9. Imobilizado

a) Saldos Patrimoniais

	Depreciação Taxa % a.a.	31.12.2024 Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	31.12.2023 Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos		14.957	–	14.957	14.957	0	14.957
Edifícios e Instalações	1,82 a 2,86	76.600	(48.765)	27.835	75.191	(45.141)	30.050
Rede Telemétrica	10	2.233	(2.233)	–	2.233	(2.233)	–
Máquinas e Equipamentos	10	144.079	(86.001)	58.078	122.292	(78.548)	43.744
Móveis e Utensílios	10	5.759	(4.293)	1.466	5.203	(4.279)	924
Veículos e Embarcações	20 e 5	15.367	(11.842)	3.525	15.408	(10.769)	4.639
Microcomputadores/Periféricos	20	37.047	(21.538)	15.509	30.536	(19.659)	10.877
Benfeitorias em Propriedades de 3º	20	37.890	(12.239)	25.651	36.544	(10.915)	25.629
Outras Imobilizações		1.016	(131)	885	1.014	(124)	890
Imobilizações em Andamento		7.792	–	7.792	22.998		22.998
Total		**342.740**	**(187.042)**	**155.698**	**326.376**	**(171.668)**	**154.708**

b) Movimentação

	31.12.2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Baixas/ Depreciação	Ajustes	Depreciações	31.12.2024
Terrenos	14.957	–	–	–	–	–	–	14.957
Edifícios e Instalações	30.050	82	(39)	1.366	39	–	(3.663)	27.835
Máquinas e Equipamentos	43.744	4.388	(1.531)	14.941	1.486	3.989	(8.939)	58.078
Móveis e Utensílios	924	744	(250)	32	243	30	(257)	1.466
Veículos e Embarcações	4.639	26	(67)	–	65	–	(1.138)	3.525
Microcomputadores/Periféricos	10.877	4.292	(1.921)	4.139	1.905	4	(3.787)	15.509
Benfeitorias em Propósito de 3º	25.629	48	(178)	1.476	93	–	(1.417)	25.651
Outras Imobilizações	890	2	–	–	–	–	(7)	885
Imobilizações em Andamento	22.998	7.028	–	(22.097)	–	(137)	–	7.792
Total	**154.708**	**16.610**	**(3.986)**	**(143)**	**3.831**	**3.886**	**(19.208)**	**155.698**

c) Exercício Anterior

	31.12.2022	Aquisições	Baixas	Transferências	Baixas/ Depreciação	Depreciações	31.12.2023
Terrenos	14.957	–	–	–		–	14.957
Edifícios e Instalações	24.235	178	(25)	8.681	84	(3.103)	30.050
Rede Telemétrica	–	–	(53)	–	53		
Máquinas e Equipamentos	31.163	2.565	(4.594)	17.205	4.212	(6.807)	43.744
Móveis e Utensílios	959	211	(223)	5	215	(243)	924
Veículos e Embarcações	5.283	705	(4.884)	5	4.865	(1.335)	4.639
Microcomputadores/Periféricos	7.373	2.679	(2.045)	3.173	2.036	(2.339)	10.877
Benfeitorias em Propósito de 3º	25.782	167	–	1.064	–	(1.384)	25.629
Outras Imobilizações	874	32	–	(9)	–	(7)	890
Imobilizações em Andamento	42.525	9.863	–	(29.390)	–	–	22.998
Total	**153.151**	**16.400**	**(11.824)**	**734**	**11.465**	**(15.218)**	**154.708**

10. Intangível

Composto por licenças de *softwares* adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais, os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

a) Saldos Patrimoniais

	Amortização Taxa % a.a.	31.12.2024 Custo	Amortização Acumulada	Líquido	31.12.2023 Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Software	20	13.144	12.041	1.103	13.144	11.219	1.925
Total		**13.144**	**12.041**	**1.103**	**13.144**	**11.219**	**1.925**

b) Movimentação

	31.12.2023	Aquisições	Baixas	Amortizações	31.12.2024
Software	1.925	–	–	(822)	1.103
Total	**1.925**	**–**	**–**	**(822)**	**1.103**

c) Exercício Anterior

	31.12.2022	Aquisições	Baixas	Amortizações	31.12.2023
Software	2.752	–	–	(827)	1.925
Total	**2.752**	**–**	**–**	**(827)**	**1.925**

11. Fornecedores

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia, bem como, pela aquisição de Imobilizado/Intangível. Os ativos imobilizados e intangíveis são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. Os principais contratos estão destacados no quadro abaixo:

	31.12.2024	31.12.2023
Prestação de serviços diversos	2.157	3.473
Serviços Assistência Médica	1.756	3.560
Serviços de Informática	615	1.614
Materiais de Laboratório	522	863
Devolução de Taxas	495	449
Serviços de Limpeza	379	372
Serviços de Manutenção	338	466
Serviços de Segurança	219	196
Energia Elétrica	166	378
Telefonia	159	158
Materiais Diversos	98	48
Água e Esgoto	96	112
Máquinas e Equipamentos	74	107
Total	**7.074**	**11.796**

12. Salários e Remunerações a Pagar

	31.12.2024	31.12.2023
Salários	165	252
Prov. Férias e Encargos Sociais	48.381	49.042
Prov.13º Salários e Encargos Sociais	–	–
Prov. Licença Prêmio	91	123
Prov. Plano de Carreira	–	661
Prov. Plano Demissão Incentiv.	51	–
Prov. Progr. Partic. Resultados	21.114	21.875
Total	**69.802**	**71.953**

A Companhia efetua o pagamento dos salários dentro do próprio mês de competência. As férias, o 13º salário e a licença prêmio são provisionados com os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS). O PPR - Programa de Participação nos Resultados é provisionado com base na folha de pagamento do mês de dezembro do ano anterior.

O valor do depósito judicial, correspondente à ação decorrente do Dissídio Coletivo referente aos anos de 2020 e 2021, foi ressarcido à CETESB em agosto de 2024. Conforme decisão da Administração, esse valor foi utilizado para o pagamento do Programa de Demissão Incentivada - PDI, ocorrido nos meses de novembro e dezembro de 2024.

13. Impostos, Encargos Sociais e Contribuições a Recolher

	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Folha de Pagamento	22.496	21.543	–	–
Inss - Parcelamento	6.402	–	27.938	–
De Terceiros	3.859	2.022	–	–
Outros	28	28	–	–
Total	**32.785**	**23.593**	**27.938**	**–**

14. Adiantamentos de Convênios

A Companhia celebrou vários instrumentos que foram agrupados e chamados de "convênios". Dentre eles encontram-se: Termos de Convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Termos de Compensação Ambiental, Instrumentos de Acordos decorrentes de sentenças judiciais, Termos de Doação, Termos de Colaboração e outros. Cada convênio tem suas cláusulas, tais como: objetivo, plano de trabalho, cronograma, valor, prazo e outras. A maior parte deles foi celebrada com o FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no Estado de São Paulo e com a SABESP, que constitui na cooperação e integração técnica entre as companhias para realizar o monitoramento da qualidade do ar em função do teste de oxigenação no Rio Pinheiros.

Na tabela abaixo foram detalhados os valores recebidos antecipadamente para o desenvolvimento de projetos e estão sujeitos a aprovação final, após análise das prestações de contas.

	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
FEHIDRO	2.070	1.948	3.086	2.904
COSAN	72	67	–	–
PETROBRAS	20	66	142	475
CERJU	345	311	878	793
SABESP	727	668	–	–
DAEE	–	119	–	165
LATU URUGUAI	224	305	–	–
Total	**3.458**	**3.484**	**4.106**	**4.337**

15. Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais

Com base na análise e classificação dos processos ajuizados contra a Companhia, suportadas por opinião de seu Departamento Jurídico, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais no Passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis:

Contingências	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	17.254	67.674	2.230	2.545
Cíveis	2.537	4.479	9.278	2.978
Fiscais:			22.363	
Autos Infrações 2009	–	–	–	21.302
Total	**19.791**	**72.153**	**33.871**	**26.825**

O montante em 31/12/2024, registrado em Depósitos Judiciais (Ativo Circulante e não Circulante) efetuados para contingências trabalhistas e cíveis é de R$ 12.874 (R$ 55.123 em 31/12/2023).

A movimentação das provisões no exercício de 2024 está demonstrada a seguir:

Ações	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31/12/2023	**70.219**	**7.457**	**21.302**
Adições	724	11.448	1.061
Reversões (–)	(50.192)	(6.684)	–
Baixas (–)	(1.268)	(406)	–
Saldo em 31/12/2024	**19.483**	**11.815**	**22.363**

15.1 Natureza das contingências

a) Provisão para Contingências Trabalhistas

Consiste, principalmente em ações decorrentes de Dissídio Coletivo, de reclamações de ex-empregados reivindicando a reintegração ao emprego, com o pagamento dos salários vencidos no período de afastamento e de diferenças de verbas rescisórias. Como destaque, a CETESB é parte de uma ação decorrente do Dissídio Coletivo referente aos anos de 2020 e 2021, que envolve todos os seus empregados. Em relação ao referido Processo, o TST, em sessão realizada em 11.12.2023 deu provimento parcial aos Embargos de Declaração interpostos pela CETESB, vedando qualquer reajuste salarial e de benefícios até 31.12.2021, deste modo, conferiu efeito modificativo ao julgado em 18.07.2022 que condenou parcialmente a Companhia ao pagamento das parcelas relativas as diferenças dos salários que compreendem os períodos entre (30.04.2020 até dezembro de 2021 e 01.05.2021 até dezembro de 2021). Da mesma forma que ocorreu no dissídio de 2020, foram apresentados embargos de declaração pelos Sindicatos, mas tal recurso não foi acolhido, transitando-se em julgado a decisão proferida em 15.03.2024. Os autos foram devolvidos ao Tribunal Regional do Trabalho e arquivados definitivamente em 26.03.2024. Mediante tais eventos, nossos consultores jurídicos atualizaram a classificação de risco de perda provável para possível. Assim, a provisão atualizada até 30/06/2024 de R$ 48,7 milhões, bem como os depósitos judiciais efetuados no montante de R$ 45,3 milhões, com base na ação executória provisória de Ação de Cumprimento de Sentenças, foram revertidos no 1º trimestre de 2024. O valor referente ao depósito judicial foi ressarcido a CETESB em 19/08/2024.

b) Provisão para Contingências Cíveis

Consiste, principalmente, de ações com características próprias, sendo, em sua grande maioria, mandados de segurança, contra a aplicação das fórmulas para cálculo do preço das licenças ambientais decorrentes da Decisão de Diretoria nº 315/2015/C e dos Decretos Estaduais nº 62.973/2017 e nº 64.512/2019, em que há a possibilidade de desembolso indireto pela devolução de valores pagos no âmbito dos processos relativos às emissões de licenças.

c) Provisão para Contingências Fiscais

c.1) Exercício de 2009

Em 2014, a Receita Federal do Brasil constituiu crédito tributário de R$ 36.587 referente a contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) relativas à 2009. O montante atualizado em 31/12/2024 é de R$ 74.358, classificado pelo Departamento Jurídico da seguinte forma: R$ 22.363, como perda provável e R$ 51.995 como perda possível. O referido crédito tributário encontra-se em execução fiscal, processo nº 0033927-88.2015.403.6182 e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB. O Seguro Garantia poderá ser alterado conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

c.2) Exercício de 2013

Em 2018, a Receita Federal do Brasil emitiu Auto de Infração contra a CETESB, relativo à CSLL do exercício de 2013, no montante de R$ 26.249. A Companhia ingressou com impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa, questionando o valor arbitrado da contribuição, composto por: montante principal de R$ 6.571 e multa de R$ 19.678. Nos termos do Acórdão nº 16-86.301, proferido em 14/03/2019 a impugnação foi julgada procedente em parte, mantendo o crédito tributário no valor originário de R$ 3.548, cujo valor atualizado em 31/12/2024 é de R$ 6.853. A Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF e aguarda julgamento. Em 31/12/2024, o Departamento Jurídico da CETESB manteve a classificação desse processo como "perda possível".

c.3) Exercícios de 2016 e 2017

Em 13.01.2021, a Receita Federal analisou a documentação referente ao cumprimento das obrigações principais e acessórias pertinentes à contribuição ao Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PIS/PASEP"), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") do período de apuração de 01.01.2016 a 31.12.2017. Após análise, instaurou um Processo que culminou no Auto de Infração em relação à CSLL constituindo um crédito tributário no valor de R$ 4.543, em relação à PIS/PASEP e COFINS instaurou outro Processo, culminado na lavratura dos Autos de Infração e a constituição de crédito tributário no valor de R$ 3.582 e R$ 16.531, respectivamente. As autuações totalizaram R$ 24.656, cujo valor atualizado em 31/12/2024 é de R$ 32.902. As autuações foram recebidas pela CETESB em 14.01.2021. Em 15.02.2021, foram apresentadas tempestivamente suas impugnações. As autuações estão em fase extrajudicial aguardando decisões de primeira instância que poderão ser objeto de recurso voluntário ao CARF. Há questionamento expresso sobre a base de cálculo das autuações, além da discussão judicial em paralelo sobre o regime de apuração e a composição da base de cálculo para a incidência do PIS/COFINS. Desta forma, a análise do Departamento Jurídico é que tais autuações devem ser classificadas como "perda possível".

d) Divulgação de Processos classificados como Perda Possível

	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	13.663	9.367
Cíveis	165.641	75.061
Fiscais:		
Autos Infração - 2009 (1)	51.995	49.563
Auto Infrações - 2013 (2)	6.853	6.412
Autos Infrações - 2016/17 (3)	32.901	30.657
Total	**271.053**	**171.060**

1) Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. Ação judicial em curso mediante seguro-garantia.

2) Receita Federal - Auto de Infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

3) Receita Federal - Autos de Infrações, relativos aos exercícios de 2016 e 2017, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

continua

DocuSigned by
Estadão
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 15/04/2025 | 23:14:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BE7926D0-FB64-433D-9D3D-E62BFA5A690C

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para Contribuições Previdenciárias

Em outubro de 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, para identificar oportunidades de compensação de contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores com base em interpretação da legislação então vigente. Esse levantamento julgou que o valor de R$ 59.265 teria sido recolhido a maior nos últimos 5 anos anteriores a 2020. A CETESB optou por fazer a compensação mensal desse valor pago a maior no recolhimento do INSS patronal, abatendo do mesmo, R$ 264, R$ 29.582 e R$ 29.419 dos recolhimentos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, por meio de PERDCOMP. A Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, avaliou os riscos desse procedimento e decidiu fazer o provisionamento dos valores compensados atualizados, enquanto aguarda a homologação do processo de compensação na Receita Federal do Brasil. Em 25/07/2024 a Receita Federal emitiu 35 Despachos Decisórios, indeferindo parcialmente os valores compensados pela CETESB durante o exercício de 2021, referente ao período de 2016 a 2017, no valor atualizado de R$ 22.237. Em 01 de novembro de 2024 a Companhia teve ciência da cobrança em conta corrente e o valor atualizado com multa e juros ficou na ordem de R$ 34.922. Na 609ª reunião do Conselho de Administração do dia 05/12/2024, os Conselheiros aprovaram o parcelamento da dívida, sendo a primeira parcela paga em 20/12/2024. O valor de R$ 30.474 foi revertido da provisão efetuada para essa finalidade. Em 31/12/2024 o saldo remanescente atualizado é de R$ 59.710 (R$ 81.439 em 31/12/2023). A variação do exercício de R$ 8.745 foi contabilizada na rubrica Atualização Legal Contribuições Previdenciárias, demonstrada na nota explicativa nº 21.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social: o capital social está representado por 5.679.218.530 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R$ 170.377 em 31/12/2024 (R$ 170.377 em 31/12/2023), sendo 99,9999% pertencente à Fazenda do Estado de São Paulo e, 0,0001% de ações em tesouraria.

b) Reservas de Reavaliação: A Companhia realizou, no exercício de 2003, a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No exercício de 2024 houve a realização do montante de R$ 284, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. Desta forma o saldo das Reservas de Reavaliação é de R$ 18.714 (R$ 18.998 em 31/12/2023).

c) Prejuízos Acumulados: Compreende o lucro apurado no exercício de 2024 no valor de R$ 40.284 mais a reserva de reavaliação R$ 312 e o prejuízo acumulado do exercício anterior no montante de (R$ 132.018), totalizando o montante de (R$ 91.422).

d) Antecipação de Dividendos: A Assembleia Geral Ordinária de 25/04/22 aprovou a distribuição de dividendos no valor de R$ 63.877, relativos ao exercício de 2021, pagos em 20 de maio de 2022. Como a Companhia reapresentou suas demonstrações contábeis de 2020 e 2021, com o objetivo de retificar alguns registros contábeis dos exercícios supracitados, os dividendos relativos ao exercício de 2021 foram distribuídos por um valor a maior de 7.133, conforme demonstrativo abaixo:

Distribuição de Dividendos - Exercício 2021	**Original**	**Reapresentado**
Lucro Líquido do Exercício	67.239	59.730
Apropriação à Reserva Legal - 5%	(3.362)	(2.987)
Reservas de Lucros	63.877	56.744
Dividendos obrigatórios - 25%	(15.969)	(14.186)
Reservas de Lucros a realizar	47.908	42.558

18. Receitas Operacionais Líquidas

No quadro a seguir, a CETESB demonstra, em detalhes, a composição de suas receitas operacionais líquidas, sendo que merecem destaque: a subvenção econômica, as receitas obtidas com o sistema de licenciamento ambiental e as receitas auferidas com o recebimento de multas ambientais.

De imediato, deve ser ressaltada a importância da receita "Subvenção Econômica", que até 31/12/2024 representou 20% do montante das receitas líquidas. A Companhia, na condição de "empresa dependente", consoante o inciso III do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), recebeu do Governo do Estado de São Paulo a subvenção econômica estabelecida pela Lei Estadual nº 17.863 de 22/12/2023 (lei orçamentária anual), na importância de R$ 129.056 dos R$ 165.397 previstos. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das cotas fixadas no Decreto Estadual nº 68.309, de 18/01/2024 (decreto de execução orçamentária).

No dia 24/12/2024 a Procuradoria Geral do Estado repassou para a CETESB o montante de R$ 60.100, referente ao recebimento de uma multa inscrita na Dívida Ativa em 2015, contra a Petrobras Transporte - Transpetro.

Outra receita de grande importância é a obtida com o licenciamento ambiental, a atividade de maior relevância para a CETESB em termos de "controle preventivo da poluição". Os preços cobrados pelas licenças ambientais emitidas estão regulamentados pelo Decreto Estadual nº 8.468, de 08/09/1976 e suas alterações, sendo, as mais recentes, pelo Decreto Estadual nº 62.973, de 28/11/2017 e Decreto Estadual nº 64.512, de 03/10/2019. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das licenças ambientais, vez que, segundo a legislação vigente, somente devem ser efetuados "à vista".

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, há que se ressaltar a atividade de "controle corretivo da poluição", representado pela aplicação de multas ambientais aos que desrespeitam a legislação acima mencionada, dentre outras. Os ingressos de recursos decorrentes do recebimento de multas ambientais também foram reconhecidos contabilmente somente quando de seu efetivo recebimento, consoante CPC-00-Estrutura Conceitual.

	31.12.2024	**31.12.2023**
Subvenção Econômica	**129.056**	**123.894**
Exercício de Poder de Polícia		
Licenciamento	401.462	362.413
Multas Ambientais	106.138	60.776
Taxa de Fiscalização Ambiental	27.209	33.604
Subtotal	**534.809**	**456.793**
Venda de Serviços/Produtos		
Certificação Veículos/Motocicletas	12.014	8.604
Fehidro Agente Técnico	50	1.147
Emissão de Certidões	1.466	980
FECOP	358	1.146
Cursos	1.800	1.701
Análises Laboratoriais	769	798
Demais Receitas	82	663
Subtotal	**16.539**	**15.039**
Deduções		
PASEP/COFINS	(19.901)	(17.018)
ISS/ICMS	(739)	(565)
Devoluções Licenciamento	(4.645)	(5.210)
Cancelamento de Multas Ambientais	(1.476)	(400)
Subtotal	**(26.761)**	**(23.193)**
Total	**653.643**	**572.533**

19. Custos e Despesas

	Custo dos Serv. e Produtos Vendidos e Subvencionados		**Despesas Gerais e Administrativas**	
	31.12.2024	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Pessoal e Reflexos	407.731	361.124	125.600	105.260
Pessoal Afastamento SEMIL	–	–	24.887	28.890
Pessoal Afastamento Fund. Florestal	–	–	1.192	750
Remuneração Diretoria	1.390	1.285	951	841
Assistência Médica	22.512	20.957	15.710	14.984
Remun. Órgãos Estatutários	–	–	2.507	2.444
Recup. Pessoal Afastamento Outros Órgãos	–	–	(269)	(261)
Materiais	7.422	9.105	2.662	2.711
Serviços de Terceiros	19.794	19.522	14.440	13.645
Serviços Prestados Partes Relacionadas	–	–	126	287
Viagens	2.279	1.551	893	751
Aluguéis	2.976	838	1.271	670
Utilidades	3.720	3.778	2.761	2.609
Seguros	13	15	485	242
Impostos/Taxas e Contribuições	453	932	103	194
Depreciações/Amortizações	13.934	10.999	6.096	5.048
Distribuição de Custos	4.500	4.561	(4.500)	(4.561)
Demais Despesas	922	679	3.632	2.753
Total	**487.646**	**435.346**	**198.547**	**177.257**

20. Outras Despesas e Receitas Operacionais

	31.12.2024	**31.12.2023**
Recuperação Desp. de Convênios	3.501	7.709
Outras Recuperações	164	416
Prov. e Reversões de Contingências Trabalhistas/Cíveis	46.999	(15.617)
Outras Provisões e Reversões	(2.424)	(4.009)
Outras Despesas e Receitas	2.298	5.334
Total	**50.538**	**(6.167)**

21. Encargos Financeiros Líquidos

	31.12.2024	**31.12.2023**
Receitas Financeiras		
Atualização Legal PGE	1.094	769
Atualização Legal Outros	4.964	6.840
Rendimentos Corretora	3.088	1.907
Rendimentos Aplicação Financeira	4.521	4.910
Outras Receitas Financeiras	**1.553**	**5.072**
Total	**15.220**	**19.498**
(–) Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(392)	(528)
Multa Compensação Encargos	(4.447)	–
Atualização Legal	(4.458)	(5.091)
Atualização Contingências Previdenciárias	(8.745)	(9.298)
Outras Despesas Financeiras	(264)	(167)
Total	**(18.306)**	**(15.084)**
Resultado Financeiro	(3.086)	4.414

22. Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

23. Saldos e Transações com partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei Federal nº 13.303/16.

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, pela Deliberação nº 1, de 15/03/2024, com vigência a partir de 11/02/2023, aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 24/04/2024.

b) Transações com Entidades Estaduais

I) Serviços contratados

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía em aberto o montante de R$ 126 e R$ 287 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica "Serviços Prestados Partes Relacionadas" no grupo "Despesas Gerais e Administrativas" (nota explicativa 19):

Empresas	**31.12.2024**	**31.12.2023**
PRODESP	96	108
SABESP	30	179
Total	**126**	**287**

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou nos exercícios de 2024 e 2023 com as partes relacionadas, o montante de R$ 21.869 e R$ 11.336, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de curso, serviços e produtos.

Empresas	**31.12.2024**	**31.12.2023**
SABESP	20.893	10.740
CDHU	–	56
CESP	1	7
CPTM	1	287
DAEE	55	–
DER	44	83
DOCAS SÃO SEBASTIÃO	4	–
EMAE	343	19
EMTU	329	82
IPT	4	5
METRO	178	57
SEC SAÚDE	8	–
SEMIL	5	–
USP	4	–
Total	**21.869**	**11.336**

c) Afastamento de Empregados

Em 31 de dezembro de 2024, a CETESB possuía 61 empregados afastados à SEMIL e 03 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica "Pessoal Afastamentos SEMIL e Fundação Florestal", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R$ 24.887 e R$ 1.192 respectivamente, demonstradas na nota explicativa 19.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica "Recuperação de Despesas - Afastamento de Empregados", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R$ 269 e (R$ 261 em 31/12/2023), demonstradas na nota explicativa nº 19.

d) Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas

Em 07 de outubro de 2023, foi firmado o Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas número 01/2023/CETESB, registro número 084677/2023-54, pelos representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF). O presente termo estabelece a utilização compartilhada dos imóveis da CETESB pelos órgãos citados, bem como o rateio das despesas comuns relacionadas à manutenção funcional dos imóveis (aluguel, condomínio, água, luz, telefone, limpeza, segurança, portaria, recepção, materiais de consumo), utilidades públicas, serviços comuns e despesas gerais.

O critério adotado para o rateio foi a fração de ocupação de área fixada para cada órgão participante, sendo de 76,28% da CETESB, 18,34% da SEMIL e 5,38% da Fundação Florestal. O presente termo foi firmado por prazo indeterminado e os valores serão cobrados no mês subsequente ao término de cada trimestre anual, mediante a prestação de contas apurada pelo órgão gestor (CETESB).

e) Utilização de Imóveis

A SEMIL - Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 23,72% da área do imóvel da sede da CETESB.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

Agência Ambiental	**Cedente**	**Início**	**Vencimento**
ABC I	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
ABC II	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SEMIL		Indeterminado
Atibaia	Prefeitura	2018	06/12/2038
Avaré	SEMIL	2001	Indeterminado
Barretos	Prefeitura	2018	19/02/2028
Bauru	SP+Perto		Indeterminado
Botucatu	Prefeitura	2018	20/12/2048
Campinas	Secret. Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Capão Bonito	Prefeitura	2008	02/08/2025
Dracena	Secret. Agricultura e Abastecimento	2024	Indeterminado
Embu das Artes	SEMIL		
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jabotical	Prefeitura	2013	07/07/2031
Jales	Prefeitura	2008	Indeterminado
Jundiaí	DER	2003	Indeterminado
Limeira	Prefeitura	2011	07/11/2026
Marilia	Secret. Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Mogi Guaçu	Prefeitura	2019	11/03/2029
Osasco	SEMIL		
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Piracicaba	Detran	2023	01/05/2028
Registro	Projeto SP+Perto	2012	Indeterminado
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
Santo Amaro	SEMIL		
São Carlos	Secret. Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São João da Boa Vista	Prefeitura	2020	16/09/2050
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
São José dos Campos	Prefeitura	2017	
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SEMIL	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado
Votuporanga	Prefeitura	2019	17/05/2029

24. Remunerações Pagas aos Administradores

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, com os montantes dos exercícios registrados nas rubricas "Remuneração de Diretoria" e "Remuneração de Órgãos Estatutários", conforme demonstrado abaixo, foram registrados no grupo "despesas gerais e administrativas" (nota explicativa nº 19).

	Valores		**Número de Membros**	
	31.12.2024	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Conselho de Administração	1.241	1.311	11	11
Comitê de Auditoria (*)	838	752	3	3
Conselho Fiscal	428	381	5	5
Diretoria	2.341	2.126	5	5
Total	**4.848**	**4.570**	**24**	**24**

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano.

(*) Conforme estatuto da Companhia, integrará o Conselho de Administração o(a) Diretor(a) Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

25. Eventos Subsequentes

A CETESB, informou aos empregados, através da Decisão de Diretoria nº 116/2023/A que, a partir de 01.03.2025, substituirá o Plano de Assistência Médico e Hospitalar - PAMH, autogerido pela Companhia, pelo Plano de Saúde Coletivo no padrão enfermaria, na modalidade coletiva empresarial, contributivo e de pré-pagamento mensal com coparticipação em exames simples e consultas, com todas as coberturas e especialidades previstas no rol de procedimentos vigentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A Unimed Seguros será a operadora do novo benefício saúde ofertado.

A contabilização dos gastos e custeio da Companhia em relação aos empregados afastado junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL e Fundação Florestal-FF foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566° reunião, realizada em 15/12/2021. No demonstrativo abaixo estão detalhadas as despesas referentes ao exercício de 2024.

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)

	31.12.2024				**31.12.2023**			
Natureza da transação	**Receita**	**Custos/ despesas**	**Ressarcimento de despesa**	**Total**	**Receita**	**Custos/ despesas**	**Ressarcimento de despesa**	**Total**
Cessão de empregados	–	22.871	–	22.871	–	25.352	–	25.352
Benefícios a empregados	–	2.016	–	2.016	–	3.538	–	3.538
Telefone	–	244	–	244	–	152	–	152
Apropriação Depreciação	–	181	–	181	–	268	–	268
Energia Elétrica	–	268	–	268	–	404	–	404
Água/Esgoto	–	152	–	152	–	141	–	141
IPTU	–	6	–	6	–	212	–	212
Serviços Terceiros	–	1.036	–	1.036	–	1.167	–	1.167
TOTAL		**26.774**		**26.774**		**31.234**		**31.234**

Fundação Florestal

	31.12.2024				**31.12.2023**			
Natureza da transação	**Receita**	**Custos/ despesas**	**Ressarcimento de despesa**	**Total**	**Receita**	**Custos/ despesas**	**Ressarcimento de despesa**	**Total**
Cessão de empregados	–	941	–	941	–	648	–	648
Benefícios a empregados	–	251	–	251	–	102	–	102
Telefone	–	98	–	98	–	61	–	61
Apropriação Depreciação	–	72	–	72	–	105	–	105
Energia Elétrica	–	107	–	107	–	153	–	153
Água/Esgoto	–	61	–	61	–	53	–	53
IPTU	–	3	–	3	–	72	–	72
Serviços Terceiros	–	414	–	414	–	438	–	438
TOTAL		**1.947**		**1.947**		**1.632**		**1.632**

continua

DocuSigned by
Estadão
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 15/04/2025 | 23:14:33 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BE7926D0-FB64-433D-9D3D-E62BFA5A690C

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

→★ continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE - Presidente

Conselheiros:
THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
ROSE MIRIAN HOFMANN
KELLY LOPES LEMES
MARISA MAIA DE BARROS
RODRIGO LEVKOVICZ

Conselheira Representante dos Empregados:
SIMONE PATRÍCIA DA SILVA

Conselheiros Independentes:
JOÃO RICARDO PEREIRA DA COSTA
CLÁUDIO CARVALHO DE LIMA
LUIZ ANTÔNIO FERRARO JÚNIOR

DIRETORIA

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor-Presidente
LIV NAKASHIMA COSTA
Diretora de Gestão Corporativa
MAYLA MATSUZAKI FUKUSHIMA
Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental

LIV NAKASHIMA COSTA
Diretora de Engenharia e Qualidade Ambiental (em exercício)
ADRIANO RAFAEL A. DE QUEIROZ
Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental
MARIA IZABEL GONÇALVES DA SILVA
Contadora - CRC 1SP145802/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e de Sustentabilidade e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e à vista da opinião consubstanciada no Relatório do Auditor Independente - Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, de 14/03/2025, apresentado sem ressalvas, e manifestação consubstanciada na ata da 613ª reunião do Conselho de Administração, de 14/03/2025, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 17 de março de 2025

GUILHERME MURARO DERRITE **MARCOS GERHARDT LINDENMAYER** **MICHEL MINERBO** **ROBERTO ANTONIO DINIZ** **YUKIMI NAGATA**

EXTRATO DO RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2024

Aos Conselheiros de Administração da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê") da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, é composto por quatro membros sendo o coordenador um conselheiro de administração independente.

O Regimento Interno do Comitê foi aprovado pelo Conselho de Administração da CETESB em sua 517ª Reunião Ordinária, em 22/10/2018.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, do jurídico, demais gerências, e nas próprias análises do Comitê decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2024, o Sr. João Ricardo Pereira da Costa foi eleito membro Independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê. Os Srs. Afonso Antônio Hennel, Marcelo Cardona Sobral e a Sra. Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto foram eleitos membros do Comitê nas Reuniões do Conselho de Administração de 14 de maio de 2019, 28 de abril de 2023, e 26 de setembro de 2023, respectivamente.

No ano de 2024, o Comitê reuniu-se 20 vezes, incluindo com a diretora de Gestão Corporativa, diversos gerentes, empregados, auditores internos e auditores independentes, o jurídico da CETESB, bem como com eventuais convidados, incluindo o Prof. Miguel Silva, consultor jurídico externo. Cumpre ressaltar que dessas reuniões, 1 foi realizada em conjunto com o Conselho Fiscal.

As principais atividades desempenhadas pelo Comitê foram as seguintes:

- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras;
- Revisão das Informações Financeiras Trimestrais - ITRs, do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras anuais de 2024;
- Revisão dos créditos previdenciários extemporâneos, riscos envolvidos e seus reflexos contábeis;
- Revisão de contingências trabalhistas, riscos envolvidos e seus reflexos contábeis;
- Monitoramento das provisões e contingências;
- Avaliação de transações com partes relacionadas;
- Revisão do plano anual de trabalho da Auditoria Interna;
- Revisão do relatório anual da Auditoria Interna;
- Supervisão da atuação dos auditores independentes;
- Discussão com a Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos;
- Acompanhamento das atividades de conformidade;
- Observação da eficácia dos Controles Internos;
- Canal de Denúncias: Acompanhamento das averiguações e denúncias;
- Acompanhamento das atividades da Comissão de Ética;
- Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;
- Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;
- Revisão do Relatório de Sustentabilidade.

Adicionalmente, o Comitê convocou representantes de diversas áreas para discussões, principalmente os seguintes temas: (i) Contas a Receber e dívida ativa/gestão da PGE, dificuldades para a eficiência das ações de cobrança (autos de infração); (ii) evolução do fluxo de caixa; (iii) Contingências, acompanhamento da evolução, classificação dos riscos entre remoto, possível e provável; (iv) contingência trabalhista relativa aos reajustes salariais de 2020 e 2021; (v) Segurança da informação, Procedimentos de segurança, controle e gerenciamento de acessos; (vi) Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos; (vii) Apresentação da proposta do Plano de Negócios 2025; entre outros.

Entre outros aspectos, os trabalhos do Comitê de Auditoria, envolveram: recomendações para melhorias nos processos de negócios; avaliação da efetividade da auditoria independente; e a avaliação da qualidade das demonstrações financeiras.

As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela CETESB, em particular dos Administradores, das áreas financeira, contabilidade, Jurídica, Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Conformidade, e demais gerências, além dos Auditores Independentes.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer preliminar dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, por unanimidade recomendaram a aprovação das referidas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 12 de março de 2025
João Ricardo Pereira da Costa
Coordenador do Comitê
Afonso Antonio Hennel
Membro
Marcelo Cardona Sobral
Membro
Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto
Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Conselheiros da
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Programa de Demissão Incentivada - PDI

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12, "o valor do depósito judicial, correspondente à ação decorrente do Dissídio Coletivo referente aos anos de 2020 e 2021, foi ressarcido à CETESB em agosto de 2024." Conforme decisão da Administração, esse valor foi utilizado para o pagamento do Programa de Demissão Incentivada - PDI. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 "c", "o montante utilizado para o pagamento foi de R$47,3 milhões, e o desembolso ocorreu nos meses de novembro e dezembro de 2024, contemplando 126 empregados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Provisão para Contribuições Previdenciárias

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16, "em outubro de 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, para identificar oportunidades de compensação de contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores com base em interpretação da legislação então vigente." Esse levantamento julgou que o valor de R$ 59.265 teria sido recolhido a maior nos últimos 5 anos anteriores a 2020. A CETESB optou por fazer a compensação mensal desse valor pago a maior no recolhimento do INSS patronal, abatendo do mesmo, R$ 264, R$ 29.582 e R$ 29.419 dos recolhimentos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, por meio de PERDCOMP. A Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, avaliou os riscos desse procedimento e decidiu fazer o provisionamento dos valores compensados atualizados, enquanto aguardava a homologação do processo de compensação na Receita Federal do Brasil. Em 25/07/2024, a Receita Federal emitiu 35 Despachos Decisórios, indeferindo parcialmente os valores compensados pela CETESB durante o exercício de 2021, referente ao período de 2016 a 2017, no valor atualizado de R$ 22.237. Em 01 de novembro de 2024, a Companhia teve ciência da cobrança em conta corrente e o valor atualizado com multa e juros ficou na ordem de R$ 34.922. Na 609ª reunião do Conselho de Administração do dia 05/12/2024, os Conselheiros aprovaram o parcelamento da dívida, tendo sido paga a primeira parcela em 20/12/2024. O valor de R$ 30.474 foi revertido da provisão efetuada para essa finalidade. Em 31/12/2024, o saldo remanescente atualizado é de R$ 59.710 (R$ 81.439 em 31/12/2023). A variação do exercício de R$ 8.745 foi contabilizada na rubrica Atualização Legal Contribuições Previdenciárias, demonstrada na nota explicativa nº 21. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Dependência Econômica do Acionista Controlador

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.2. "a" e "b", a CETESB recebe da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo valores previstos na Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual n° 17.863, de 26/12/2023), a título de subvenção econômica, registrada nas rubricas "Pessoal e Encargos Sociais" e "Custeio"; e a Secretaria da Fazenda e Planejamento monitora os fluxos de caixa da CETESB pelo SIEDESC - Sistema Integrado de Execução da Despesa, Empenho e Controle, que libera as subvenções paulatinamente a fim de garantir a sustentabilidade das suas atividades sem prejuízo da continuidade operacional. Dessa forma, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros considerados normais para uma empresa estatal dependente, com níveis mínimo e máximo de caixa dentro dos padrões do controlador. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 14 de março de 2025.
RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP
Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico
Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica

CETESB
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 15/04/2025 | 23:14:39 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/